



BETTENCOURT PICAÑO (\*)

## Os serviços públicos precisam de quê?

O Governo começou por dizer, há dois anos, que queria modernizar a Administração Pública e para isso, entre diversas outras medidas, ia apostar na mobilidade.

E de passagem afirmava que não estava demonstrado que houvesse trabalhadores a mais na nossa Administração.

Esta era, aliás, a única afirmação que era consensual com o que também afirmam a propósito as organizações sindicais: em termos europeus Portugal tem menos trabalhadores na Administração Pública do que a generalidade dos países europeus!

E se nos compararmos com os mais desenvolvidos e que mais apostam na dimensão social das suas economias, a diferença é enorme.

O que não tem efeitos nefastos nas respectivas economias, como alguns por cá poderiam pensar — bem pelo contrário!

Mas é rara a semana em que não há «comentador ou economista de serviço» que não apareça a perorar sobre a «necessária redução do número de trabalhadores da Administração Pública». Sem qualquer fundamentação.

O que dá azo ao surgimento de inúmeras «opiniões», nos jornais, rádios e televisões, afirmando convictamente o mesmo!

É uma orquestração que até calha bem ao Governo, que a aproveita.

É assim que, no início, não havia trabalhadores a mais; a aposta era na mobilidade para que os trabalhadores pudessem ser deslocados de um serviço para outro.

Agora, sem mais nem menos, o Governo aparece com uma proposta para dispensar trabalhadores!

É a racionalidade a que temos direito.

Pelo caminho fica a questão dos Melhores Serviços Públicos a que temos direito, substituídos pelo «outsourcing» e pela precarização.

Só que não são os portugueses que ganham com esta opacidade gestonária. Para começar, não ganham os trabalhadores que aceitem uma ida voluntária para a mobilidade com uma remuneração reduzida a 75 por cento ou 55 por cento.

É que se os quadros perderam 10 por cento do seu poder de compra nos últimos 7 anos, não se vê como irão fazer face a mais esta redução, com o constante aumento do preço dos bens essenciais.

E quanto à possibilidade de encontrar outro posto de trabalho, com a actual evolução da nossa economia e com o desemprego crescente, estamos conversados.

Independentemente de situações muito especiais a quem uma tal medida possa interessar, a sua apresentação faz ressaltar duas questões: a primeira tem a ver com os próprios fundamentos para a sua apresentação — como é que ontem se afirmava que não havia trabalhadores a mais e hoje já se propõem medidas que partem desse pressuposto? A segunda é a que resulta de um olhar, mesmo superficial, para a vida dos portugueses.

Com um grande desemprego de jovens e com um crescente desemprego de portugueses acima da meia idade — desemprego que se pode assumir como estrutural — os trabalhadores da Administração Pública, que aceitem sair com aquela redução das suas remunerações, vão encontrar outra ocupação onde?

Só que a modernização dos Serviços é mesmo prioritária no nosso País.

Mas não se faz matando os trabalhadores ou despedindo-os.

Faz-se, em primeiro lugar, estruturando adequadamente os Serviços de que todos precisamos.

E, depois, apostando na adequada direcção ou gestão desses Serviços, de modo profissionalizado e não com sucessivas injeções de «boys» que nenhuma organização aguenta.

(\*) Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE)